
ENUNCIACÃO

**Revista do Programa de Pós-graduação em Filosofia da
UFRRJ**

Linguagem, leitura e cena. Um relato

Bernardo Barros Oliveira *

 <https://orcid.org/0000-0002-9378-4259>

Resumo: O artigo aborda as questões a respeito do ato da leitura de textos filosóficos tal como foram trabalhadas em uma disciplina do curso de graduação em Filosofia da UFF. A partir da proposta de que se pode ver um texto como uma cena, na qual um enunciador se dirige a um destinatário falando sobre algo ou alguém, relatamos algumas atividades propostas durante o curso e os desdobramentos da tematização da leitura como um acontecimento em si mesmo significativo, e não um simples instrumento para obtenção de conteúdos. Enfatizamos o aspecto perceptivo ou corporal do ato de se colocar como participante da cena. Foram mobilizados autores da hermenêutica contemporânea, como Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, e continuadores críticos dela, como Hans Gumbrecht e Paul Zumthor.

Palavras chave: Linguagem; Leitura; Interpretação; Cena

Abstract: The article addresses questions about the act of reading philosophical texts as they were worked on in a discipline of the undergraduate course in Philosophy at UFF. From the proposal that a text can be seen as a scene, in which an enunciator addresses an addressee talking about something or someone, we report some activities proposed during the course and the unfolding of the theme of reading as an event in itself meaningful, and not a simple instrument for obtaining content. We emphasize the perceptual or corporeal aspect of the act of placing oneself as a participant in the scene. Authors of contemporary hermeneutics, such as Hans-Georg Gadamer and Paul Ricoeur, and critical continuators of it, such as Hans Gumbrecht and Paul Zumthor, were mobilized.

Keywords: Language; Reading; Interpretation; Scene

* Professor do Departamento de Filosofia da UFF. Email: bernardobarros@id.uff.br

Quando me ofereci para dar a disciplina Prática de Pesquisa em Filosofia II, o fiz por causa de um rodízio que há em nosso departamento. Há um grupo de disciplinas obrigatórias agrupadas sob o título Prática de pesquisa em filosofia, duas das quais nos primeiros períodos, e que versam sobre como ler, estudar e escrever dentro de um curso de filosofia. Não são disciplinas com conteúdo específico da história da filosofia, ou de uma de suas áreas. Ninguém reclama quando precisa dar uma dessas disciplinas, mas formou-se uma fila, para o fim da qual se vai quando a assumimos uma vez. A ementa da disciplina é:

A questão do estilo na filosofia. As fontes primárias e secundárias: obra publicada, espólio, correspondência, comentários, estabelecimento de texto, tradução. As diferentes formas do texto filosófico: diálogo, confissão, carta, poética, tratado, apresentação geométrica, aforismo, ensaio, fragmento. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos.

Eu não sabia o que iria fazer, mas era minha vez de assumir uma dessas disciplinas “sem dono”, e escolhi esta, apelidada, para efeitos de abreviação, de PPFII. Atraía-me, no entanto, de modo vago, o núcleo da ementa voltado para o “estilo na filosofia” e as “diferentes formas do texto filosófico”. Sugeria o exercício de uma atenção para o fato de que os textos filosóficos são literatura, que sua forma faz parte essencial do seu sentido. No programa da disciplina registrado no currículo do curso de Filosofia da UFF, consta como sugestão bibliográfica o livro *Elementos para leitura de textos filosóficos* do francês Frédéric Cossutta¹. Na busca de ideias, fui consultá-lo, e constatei que, apesar de ser um texto um tanto preso ao tom formal de livro de metodologia de estudo, e se tratar de uma tentativa de abordar a leitura de um ponto de vista oriundo da linguística, na verdade se aproxima de preocupações que normalmente estão colocadas no campo da hermenêutica e da estética da recepção, assuntos pelos quais me interessei no passado e que deixaram marcas na minha formação, embora não tenha exatamente me tornado nesse meio tempo um “especialista” no assunto. O primeiro capítulo do livro se chama “A cena filosófica”. Esse capítulo não só veio a calhar, mas abriu toda uma via em torno da qual vim elaborando essa disciplina, e à qual pude agregar outros temas, oriundos de outros autores ou da experiência direta com os alunos inscritos no curso.

¹ Cossutta, F. *Elementos para a leitura de textos filosóficos*. Trad. Ângela de Noronha Begnami. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Cossutta se apoia nas noções de linguagem como discurso, dos linguistas Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin, diferentes, mas aparentadas entre si. “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”, diz Benveniste². Não existe a situação em que um homem já formado “inventaria” a linguagem, ao modo como em algum momento teria criado a picareta, a flecha ou a roda. Quando há o humano, já acontece a fala. A linguagem é natural, isto é, nos antecede enquanto humanos, e nos damos conta de nós mesmos já no uso dela. É na linguagem que nos são oferecidos os lugares e os tempos desde os quais dizemos que somos este aqui e agora, a linguagem só existe no seu uso atual, no presente do discurso, no qual se dá a validade da referência de seus pronomes pessoais: “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso.”³ Na linguagem, a “consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha locução um *tu*.”⁴ Benveniste sublinha uma “polaridade” essencial da linguagem, fenômeno totalmente singular em toda a natureza: “A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática.”⁵

Os pronomes possuem um papel decisivo nisso. Mesmo as línguas em que o uso dos pronomes pessoais é escamoteado por perífrases, por razão de algum tipo de decoro ou norma social, são nas posições pronominais que o discurso instaura uma situação de mundo. Os pronomes, e isso é de suma importância, “não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo. Não há conceito de ‘eu’ englobando todos os *eu* que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito de ‘árvore’ ao qual se reduzem todos os empregos individuais de *árvore*.”⁶ A palavra *eu* se refere à instância do discurso, e é reversível: aquele a quem o eu se dirige, torna-se o eu da resposta. Ou seja, o significado dos pronomes pessoais é algo dependente de uma performance e da dinâmica de uma situação real de fala, não de um eu ou um tu substanciais que precederiam

² Benveniste, E. “Da subjetividade na linguagem.” *Problemas de linguística geral*. Trad. de Maria da Glória Novak. p. 285

³ *Idem*, p. 286

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Idem*, p. 288

ao discurso. Ninguém “é” um eu ou um tu. O “aqui” e o “ali”, o “agora” e o “logo mais” ou o “outrora” também possuem referencialidade apenas na atualidade do discurso. Hegel já havia notado isso, no primeiro capítulo da *Fenomenologia do espírito*: escrevamos em um pedaço de papel o que é o “agora” e o que é o “aqui” e reencontremos esse papel em outra ocasião. O que ele significa, a qual aqui e agora se refere⁷?

Em uma cena dramática os atores trabalham dentro de variações possíveis desse jogo alternante de vozes. O que nós assistimos, da plateia, mostra como todo ato de linguagem já nasce endereçado assim como o sentido dos pronomes pessoais, todos os demais dêiticos e os tempos verbais só existem na instância do discurso. O endereçamento não é algo que se acrescenta após o discurso ser proferido, mas é parte integrante e essencial dele. Para onde quer que nos voltemos, encontramos confirmações deste aspecto fundamental da linguagem: desde a conversa corriqueira entre duas ou mais pessoas, passando pelo discurso imaginário da “voz” de nossos pensamentos solitários, até o diário íntimo guardado a sete chaves, sempre é dirigido a alguém, mesmo que sejamos nós mesmos no futuro, enfim, a algum ouvido que possui presença para quem enuncia. Percebemos isso quando falamos com uma criança ou com alguém que sabemos ter um horizonte de escuta muito diferente do nosso: escolhemos cuidadosamente as palavras, o ritmo e a extensão das coisas que iremos dizer, todo o “conteúdo” da nossa fala é formado tendo em vista esse destinatário. O mesmo acontece quando conversamos com pessoas muito próximas, com as quais não precisamos tomar cuidados especiais: sem percebermos, isso também determina nossa fala do princípio ao fim. O que estamos enfatizando aqui pode ser visto como testemunho do caráter fundamentalmente co-presencial da linguagem, a afinação constante entre um eu momentâneo do discurso com algum tu igualmente momentâneo.

Um texto escrito, embora estático na aparência gráfica, revela-se, na leitura viva, sempre uma polifonia, uma multiplicidade de vozes, ideia que Mikhail Bakhtin, outra das referências do livro de Cossuta, explorou e desenvolveu em suas análises dos romances de Dostoievski⁸. Bakhtin mostrou que o escritor russo havia reinventado a arte do romance, graças ao desenvolvimento de uma forma narrativa em que múltiplos centros de auto-

⁷ Hegel, F. W. G. *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 76.

⁸ Cf. Bakhtin, M. *Problemas da poética de Dostoievski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. Especialmente p. 207-310.

consciência, as personagens, que têm presença como vozes independentes, produzem situações nas quais suas vozes não são homogeneizadas por um narrador monológico. O que seria uma tendência incipiente da forma romance teria sido potenciada por Dostoiévski de tal modo que havia terminado por constituir uma poética própria. Nas vozes das personagens, mundos, filosofias e experiências vinham à fala sem uma unificação *a priori*. A teorização de Bakhtin a respeito das personagens em Dostoiévski exerceu grande influência em diversos estudos sobre poética e linguagem no século XX, extrapolando seu objeto inicial. A partir daí, Cosutta expõe a ideia de que um texto filosófico, destes que nós costumamos “dar” para os alunos em nossos cursos, pode ser analisado como uma cena, uma instância de discurso, na qual se estruturam as suas vozes. É uma coisa fácil de esquecer, ou de não julgar importante quando se está tratando de textos complicados e graves como os da tradição filosófica, nos quais procuramos, antes de tudo, “extrair” suas teses e, na melhor das hipóteses, discuti-las como temas válidos e que nos dizem respeito de algum modo, e que são independentes dos textos onde tomamos contato com elas. Estamos comodamente acostumados com a ideia de que um texto de Aristóteles ou de Nietzsche é um *veículo* para ideias, as quais uma vez identificadas e discutidas se separam para sempre dos textos com os quais interagimos, como coisas novas que retiramos de suas embalagens. É muito comum, por exemplo, que os alunos nos peçam indicações de comentadores dos autores que estudamos em nossos cursos, pedido em que subjaz uma crença de que o conteúdo de um texto filosófico é independente do modo como está escrito, como se o “estilo” de cada texto não tivesse nada a dizer. É como se o conteúdo do texto estivesse pronto e garantido em algum lugar, e se o texto do próprio autor parece um caminho difícil até este lugar, procura-se outro caminho mais curto e simples, que dará no mesmo. Quando atendemos a uma solicitação deste tipo, estamos corroborando essa ideia, quando seria melhor apontarmos para o fato de que ir logo a um comentador não é ir direto às ideias do autor estudado, mas sim, direto para o estilo de um outro autor, que teremos, do mesmo modo, de interpretar, o que só fará duplicar o nosso problema e dividir nossas forças.

A noção de cena filosófica, portanto, me parecia muito fértil para dar um sentido prático à referência da ementa da disciplina às noções de forma e de estilo. Ela ensejava considerar os textos individualmente, o que situava a questão do estilo na filosofia em um

patamar mais rico do que simplesmente identificar se é um ensaio ou um tratado, um aforismo ou uma carta. Cossutta propõe uma tipologia para identificar modos de enunciação do “eu” ou da voz do texto, em conjunção com tipologias de destinatário, e da terceira pessoa, aquele ou aquilo de que se fala. Para ouvir a “voz” singular de cada texto, é preciso prestar atenção à sua polifonia específica, e qual é o acorde que ela produz em nosso ouvido. É preciso se exercitar em perceber como a voz enunciativa nele contida se coloca em relação ao “tu” entrevisto e projetado por essa voz, e como estes discorrem sobre algo ou alguém, a terceira pessoa.

Em primeiro lugar é preciso exercitar o ouvido para uma coisa não muito fácil de perceber: nos textos filosóficos, esses “endereçamentos”, necessariamente presentes em toda linguagem, de um eu para um tu, são os modos de tratar o leitor: “Eles lhe atribuem um estatuto que o leitor real aceita ou recusa, conforme o trabalho de convicção faça dele um discípulo, um observador distante ou um adversário.”⁹ A experiência básica que temos de falar uns com os outros deve sempre ser a referência primeira. A partir disso, podemos perceber que quando escrevemos alguma coisa, a situação é mais complicada: a pessoa que escreve está diante da folha em branco ou da tela do computador, o que é diferente de estar diante de alguém, cara a cara. Mas, mesmo assim, essa pessoa que escreve tem em mente um “tu” imaginário. Quando alguém escreve uma carta (coisa rara hoje em dia, talvez um hábito perdido para sempre), ela tem em mente uma pessoa específica, que está ausente do local onde ela escreve, mas está em algum lugar outro. Aquele que escreve a carta lembra de como é a pessoa, como ela reage, seus humores, qual sua aptidão para a leitura, seu vocabulário: ele adapta o que quer dizer às características dessa pessoa que vai ler o texto no futuro. E quando não é uma carta? Se alguém quer explicar ou contar alguma coisa, mas não é uma carta endereçada a uma única pessoa específica dentre todos os humanos desse mundo? O escritor deixa de ter em mente um “tu”? Escreve para ninguém? O poeta romântico Friedrich Schlegel usou uma expressão, que depois foi retomada por Nietzsche, se referindo à escrita, que se tornou a epígrafe do seu *Zarathustra*: “Um livro para todos e para ninguém”. Como é isso? Se tiramos uma média entre “todos” e “ninguém”, chegamos a que resultado? Supomos que pode ser “alguém”. De certo modo, um livro é algo bem diferente de uma carta, pois não tem destinatário específico, caso contrário tinha de vir na

⁹ *Idem*, p. 12.

capa o endereço de alguém, um livro escrito só para um indivíduo. Mas é “a alguém” que os livros em geral são endereçados. Mas temos de deixar claro que ao procurar o “alguém” do texto não pretendemos nos colocar divinatoriamente na situação original da escrita do texto, tal como propunha a hermenêutica romântica de Schleiermacher. Este “alguém” não se encontra na vida mental de um indivíduo do passado, ou mesmo vivo, mas sim no próprio texto. É algo, a princípio, semelhante ao que Umberto Eco denominou de o “leitor modelo” de cada texto (“uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar”¹⁰).

Caso exercitemos em pensar os textos como cenas, a abertura do primeiro livro da *Metafísica* de Aristóteles revela que a voz enunciativa se sente segura e à vontade em enunciar uma tese geral sobre a capacidade humana de conhecer, sem referir quem é este que profere sentença tão abrangente: “Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer”¹¹. Não há qualquer expressão do tipo “até onde pude ver, em minha experiência”, mas uma verdade geral é enunciada e se sustentando em si mesma. A voz enunciativa não parece prever um ambiente potencialmente hostil, diante do qual ele precisasse prestar contas muito detalhadamente. Seria então um típico exemplo de um “enunciador universal”, “uma fala de verdade”, sem sujeito identificável¹². Para quem essa fala de verdade se dirige? A princípio, para Cossutta, “quando a destinação não é evocada, falaremos de *destinatário universal*, observando que ele se confunde então com a função geral de enunciador universal estudada acima.”¹³ Mas, durante a aula em que dei esse exemplo, surgiu na conversa, já não tenho certeza mais partindo de quem, se de mim, se do monitor da turma¹⁴, ou de algum dos alunos, que a frase seguinte já faz sair da sombra o destinatário: “*uma prova disso é o prazer das sensações, pois, fora até da sua utilidade, elas nos agradam por si mesmas e, mais que todas as outras, as visuais.*”¹⁵ Aqui a voz

¹⁰ *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 15.

¹¹ Aristóteles. *Metafísica: Livro I e II; Ética a Nicômaco; Poética*. Trad. de Vincenzo Cocco. São Paulo: Abril Cultura, 1979. p. 11.

¹² Cossutta, F. *Op. Cit.* P. 14.

¹³ *Idem*, p. 24.

¹⁴ Tive a felicidade de contar, nos três semestres em que leciono a disciplina, com dois monitores, sucessivamente, que mostraram excelente afinação com a prática que tentei desenvolver. Breno Gomes Baia, em 2020-2, e Filipe Lima Malta, em 2020-1 e 2. Aproveito para agradecer aqui a sempre precisa e inteligente contribuição dos dois.

¹⁵ Aristóteles. *Op. cit.*, p. 11.

enunciadora se revela preocupada com uma possível exigência de “provas”, ou seja, um destinatário exigente, que se permite participar da conversa, em suma, que precisa ser persuadido. Mesmo que em outras traduções do mesmo trecho não ocorra “uma prova disso”, a observação, surgida na aula foi válida como escuta do texto real que tínhamos ali, a tradução utilizada no momento, e bastante coerente com a tendência geral dos textos aristotélicos. Não é mera coincidência o fato de Aristóteles ter se dedicado a pensar a persuasão, que pressupõe uma aguda consciência da independência mental dos participantes de uma situação de discurso, onde quem escuta pode a qualquer momento interromper a fala do enunciador com exigências próprias, e isso não é ofensivo, ou seja, a sequência da voz do texto da *Metafísica* está modulada pelo reconhecimento da cidadania filosófica do destinatário, e da possível diferença de opiniões, ou, se não chegar a tanto, pelo menos o reconhecimento da diferença de tempo necessário para a compreensão dos enunciados verdadeiros propostos por quem fala. Além disso, ainda podemos dizer que a voz enunciadora reconhece plenamente a especificidade da voz destinatária, e se conecta com ela através do mútuo reconhecimento de que ambos possuem a experiência do prazer das sensações, à qual recorre para diminuir a possibilidade de dissenso, já de saída considerada uma possibilidade remota, dada a confiança com que a tese de abertura é enunciada. Essa luz lançada sobre a voz do destinatário reflete no enunciador também. Ficamos sabendo melhor quem são tanto o eu quanto o tu do texto, a sua polifonia vai ganhando forma, a tonalidade da cena vai ganhando corpo, sua *Stimmung*, sua ambiência ou atmosfera, diria Hans Gumbrecht¹⁶, vai se mostrando presente.

Acredito que podemos dizer que sempre que lemos esse texto, percebemos, de forma pouco consciente, algo dessa ambiência, e que ela fez parte essencial da *compreensão* do texto. Supomos com isso que compreender um texto não é um mero ato lógico formal de decodificação de proposições, mas uma percepção viva que envolve muitos aspectos. Falamos aqui em polifonia, vozes, cena, ambiência, termos que nos levam para um leque mais amplo da *aísthesis*. Trata-se mesmo de uma abordagem *estética* do ato da leitura, e isso foi notado por um aluno, que o disse de modo muito bem formulado em uma aula. Longe, porém, de achar que isso situa os assuntos que veem à tona nessas

¹⁶ Cf. Gumbrecht, H. *Atmosfera, ambiência, Stimmung. Sobre um potencial oculto da literatura*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

análises textuais em um campo colateral, tal como o é via de regra visto o campo das questões estéticas, ao contrário, julgo que o reconhecimento do caráter estético da compreensão é um ganho considerável.

Não pretendemos estar descobrindo algo inédito, basta lembrarmos das obras de Hans Gumbrecht ou Paul Zumthor para nos darmos conta de que há uma tendência nos estudos que poderíamos chamar aqui de, *grosso modo*, hermenêuticos contemporâneos, de chamar a atenção para a insuficiência de uma ênfase míope no que se costumou chamar o “sentido”. Seria talvez melhor falar em *os sentidos*, não tanto na direção da ideia pura e simples de polissemia, mas no da pluralidade de sentidos, como visão, audição, tato. Adentrar um texto é muito mais parecido com se colocar dentro de um *lugar* onde ressoa uma certa sonoridade. Consideramos, no entanto, via de regra, o ato de ler como distante de tudo o mais que fazemos com nossos corpos. Embora aceitemos com facilidade que não poderíamos nos dedicar a nossas aventuras intelectuais sem ter um corpo para sustentá-las, mesmo que apenas na qualidade de suporte material e biológico, não associamos à compreensão de textos mais nada claramente corporal. Nem sequer estamos acostumados a considerar nossa voz mental como algo da ordem do corpo. Somos então bem mais cartesianos do que gostaríamos de admitir. Se por um lado, na nossa aérea da filosofia acadêmica, recusamos decididamente o que consideramos como reduções da parte das neurociências, que julgamos, talvez apressadamente, querer transformar toda a nossa vida mental em material mensurável, por outro lado não oferecemos como alternativa nada de mais consistente do que a manutenção de uma insistente restrição do que significa o compreender, sustentando uma espécie de semiótica implícita, a qual parece desconhecer ou omitir a nossa situação corporificada.

Foi ficando cada vez mais claro para mim que, embora a proposta de Cossutta para o estudo da cena filosófica estivesse bem balizada pelas investigações de Benveniste e Bakhtin, que a própria noção de cena chamava por um pouco mais de atenção ao caráter perceptual e, portanto, corpóreo, do ato de ler filosofia. A disciplina oferece a oportunidade de ler com a turma textos das mais variadas extrações, a fim de conhecer na prática isso de que estamos falando aqui. Um texto que se revelou uma escolha feliz de análise nas três vezes em que dei a disciplina foi o “Apêndice” ao livro I da *Ética* de Espinosa, um autor que, pelo que sabemos, experimentou bem o sentimento do perigo inerente ao ato de

enunciar. O “Apêndice” é um texto que pode funcionar de forma relativamente independente do livro em que se encontra, e assim saímos da facilidade do recorte, para o qual apelamos quando usamos os primeiros parágrafos da *Metafísica*. Além disso, eu apostava, e vi que com acerto, que o texto, como se diz, “mexeria” com os alunos. Ninguém fica indiferente a seu assunto que, por mais que venha embalado em uma prosa do século XVII, cruza o caminho do jovem morador da região metropolitana de Niterói ou do Rio de Janeiro como uma viva descrição do seu presente, do qual fazem parte essencial discursos sobre os desígnios da vontade divina, insistências a respeito de um ferrenho finalismo teológico, proferidos, claro, pelos porta vozes mundanos que se apresentam em cada esquina para traduzir para ele esses fins divinos. Em suma, o dia a dia dos alunos de um curso de filosofia, normalmente, está carregado de disputas teológico-políticas. Por isso é possível chamar a atenção para o fato de que Espinosa começa o livro I com uma voz ao mesmo tempo decidida, mas cautelosa:

1. Por causa de si *compreendo* aquilo cuja essência envolve a existência, ou seja, aquilo cuja natureza não pode ser concebida senão como existente. (...)
3. Por substância compreendo aquilo que existe em si mesmo e que por si mesmo é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não exige o conceito de outra coisa do qual deva ser formado.
4. Por atributo compreendo aquilo que, de uma substância, o intelecto percebe como constituindo a sua essência.
5. Por modo compreendo as afecções de uma substância, ou seja, aquilo que existe em outra coisa, por meio da qual é também concebido.
6. Por Deus *compreendo* um ente absolutamente infinito, isto é, uma substância que consiste de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita.¹⁷

A insistência discreta na conjugação do verbo compreender na primeira pessoa, o que não é de modo algum obrigatório, pois ele mesmo, em uma dessas seis definições iniciais usa um verbo sem sujeito (“2. Diz-se finita em seu gênero aquela coisa que pode ser limitada por outra da mesma natureza.”), nos introduz em uma cena em que o enunciador claramente mostra saber que seu destinatário, no mínimo, já foi exposto a *outras* definições dos mesmos conceitos. Por exemplo, as de Descartes. Ou as da escolástica. A cena, para quem a observa em andamento, dá a entender que as suas definições chegam depois de outras mais comumente aceitas, e que buscam espaço entre outras mais bem estabelecidas

¹⁷ Espinosa, B. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 13.

na memória e no coração de seu ouvinte. A voz enunciativa desse texto sabe que qualquer movimento mais brusco fará com que esse ouvinte se feche em atitude hostil. O texto do “Apêndice”, que fecha o Livro I, torna nítido o porquê disso. Nele a voz enunciativa como que cerca cuidadosamente seu tenso ouvinte, que pode a qualquer momento escapular, adepto que muito provavelmente é dos “preconceitos” filosóficos-teológicos-políticos que Espinosa critica corajosamente e sem meias palavras. O texto é um cauteloso jogo de esticar sem romper a corda que o liga a este ouvinte que, em algum nível, participa desses preconceitos e estrutura suas expectativas e justificações práticas neles. Um ouvinte que sabe que tem poder político e eclesiástico a favor destes preconceitos, que sabe que professar ideias como as que ouve agora é perigoso e pode render pesadas sanções ao enunciatador e ao ouvinte. Espinosa trata então de levar o seu “leitor-modelo” por seu périplo de argumentos sem comprometer-lo em demasia, jamais tratando-o como um já discípulo. Mas, nesse caminho, ele compromete o seu leitor de fato, pois enreda-o em constatações de caráter mais estrutural, retirando o caráter de responsabilidade moral por ele partilhar dessas opiniões:

Será suficiente aqui que eu tome como fundamento aquilo que deve ser reconhecido por todos, a saber, que todos os homens nascem ignorantes das causas das coisas e que todos tendem a buscar o que lhes é útil, estando conscientes disso. Com efeito, disso se segue, em primeiro lugar, que, por estarem conscientes de suas volições e de seus apetites, os homens se creem livres, mas nem em sonho pensam nas causas que os dispõem a ter essas vontades e esses apetites, porque as ignoram. Segue-se, em segundo lugar, que os homens agem, em tudo, em função de um fim, quer dizer, em função da coisa útil que apeteçam.¹⁸

Deste modo, ele mantém seu leitor a seu lado sem que este seja obrigado a vestir a carapuça do termo “os homens”, e possa, nervosa porém disfarçadamente, ouvir que

Como consequência, cada homem engendrou, com base em sua própria inclinação, diferentes maneiras de prestar culto a Deus, para que Deus o considere mais que aos outros e governe toda a natureza em proveito de seu cego desejo e de sua insaciável cobiça.¹⁹

Não podemos aqui trazer toda a riqueza de exemplos desta tensa situação que a voz enunciativa do “Apêndice” revela a cada passo de sua cautelosa mas insistente e decidida

¹⁸ *Idem*, p. 42.

¹⁹ *Idem*, p. 43.

tentativa de persuasão. O texto de Espinosa, como dissemos, cruza com questões presentes no cotidiano de muitos alunos. Pedi para que fizessem um exercício, em que propus estas perguntas:

- 1) Que tipo de enunciador está presente, de forma predominante, neste texto de Espinosa? Justifique com exemplos do texto.
- 2) Cossutta diz que nos textos filosóficos, esses “endereçamentos” da primeira pessoa para a segunda pessoa do discurso são modos de tratar o possível leitor: “Eles lhe atribuem um estatuto que o leitor real aceita ou recusa, conforme o trabalho de convicção faça dele um discípulo, um observador distante ou um adversário.” Que tipo de estatuto é atribuído ao leitor, ou seja, à 2ª pessoa do discurso, neste texto?
- 3) Como você se colocou, enquanto leitor real, em relação à enunciação?

Nas duas primeiras, eu e o monitor devolvemos comentários a respeito da qualidade da fundamentação através de exemplos retirados do texto pelo aluno, ou seja, os trechos escolhidos por eles a fim de corroborar, por exemplo, se a voz enunciativa seria do tipo universal ou a de um “sujeito enunciativo de referência”, ou “função autor”, conforme a tipologia proposta pelo capítulo de Cossutta. O sujeito enunciativo de referência insere marcas de uma voz na primeira pessoa, tal como vimos que ocorre nas definições que abrem o livro I da *Ética*. No caso do texto do “Apêndice”, a presença deste sujeito de referência nos verbos na primeira pessoa e em alguns breves indícios de uma história vinculada ao ato enunciativo, (“sempre que tive oportunidade, preocupei-me em afastar os preconceitos que poderiam impedir que minhas demonstrações fossem compreendidas”²⁰), é o que dá o tom predominante da enunciação. Caso comparemos com o exemplo da *Metafísica* de Aristóteles, não apenas é pressuposto que o ouvinte precisa ser persuadido, como o enunciativo assume claramente a responsabilidade pelas teses enunciadas. Embora para assumir a responsabilidade pelo que é enunciado, o texto não precise chegar ao ponto de que sejam exibidos detalhes biográficos do autor, no caso da tensa conversa que o texto de Espinosa estabelece com seu arisco destinatário, esta assunção é necessária para que as perigosas teses sejam escutadas por este último. Diferentemente da cena do trecho aristotélico, em que o enunciativo se encontra entre iguais, diante dos quais emite uma verdade geral e passa tranquilamente à enumeração rápida de alguns argumentos persuasivos, a tarefa do enunciativo no “Apêndice” é bem mais árdua, pois precisa desfiar

²⁰ Espinosa, B. *Op. cit.*, p. 41.

uma grande quantidade de “provas” para um interlocutor, indo claramente *contra* teses bem estabelecidas tanto no âmbito teórico/acadêmico, quanto no teológico/político, para um ouvinte que provavelmente partilha estas teses, de modo mais ou menos consciente, e, de quebra, precisa ainda introduzir *suas* teses sobre o assunto (o modo como Deus age, não como um indivíduo que escolhe fins dentro de um leque de possibilidades, como os homens em geral creem fazer, mas sim age como decorrência de sua própria natureza infinita, causa de si mesmo).

Embora não tenhamos ainda tratado da voz da terceira pessoa nesse momento, ela é decisiva em qualquer texto, e em qualquer fala: a 1ª pessoa compõe seu discurso sob medida para a 2ª, e seu discurso é sobre a 3ª, todo o tempo. “Os homens” e seus “preconceitos”, assim como as teses verdadeiras sobre Deus, constituem uma rica gama de 3ª pessoa, presente através de todo o texto, e é sobre esta que a 1ª e a 2ª negociam. A persuasão se dará na medida em que o leitor real ou empírico concordar com, isto é, sentir junto, o que a 1ª pessoa enuncia para a 2ª sobre a 3ª. No segundo semestre em que dei a disciplina, aconteceu uma discussão muito boa, puxada por um aluno. A definição de terceira pessoa do texto oferecida por Cossutta se limita às ocorrências de referências às filosofias e instituições percussoras, o pano de fundo contra o qual a nova filosofia proposta por um autor procura se destacar:

O texto, por um constante trabalho de escrita, pode assim convocar e incorporar a si todo o campo das doutrinas contemporâneas ou antigas, autores, instituições, práticas ou saberes, quer referindo-se a eles, quer citando-os, quer ainda dando a palavra aos sujeitos enunciadores que são seus representantes²¹

Este aspecto é de fato muito presente nos textos da tradição filosófica, e é especialmente marcante nos diálogos platônicos, nos quais são introduzidos personagens históricos na qualidade de representantes de escolas ou instituições, mas presentes às vezes de forma menos explícita em textos de outros autores. Mas que muitas vezes surgem de forma aberta, lembremos apenas as longas discussões do enunciador da *Crítica da razão pura* com as teses de Descartes, Espinosa e Leibniz. Mas o aluno insistiu em perguntar se as próprias teses enunciadas pela primeira pessoa não seriam também terceira pessoa. Na

²¹Cossutta, F. *Op. Cit.*, p. 30.

época eu respondi que a noção de terceira pessoa proposta por Cossutta não ia tão longe, que era algo bem mais restrito, mas que ele, o aluno, tinha razão. Mas, ao invés de reformular a tese de Cossutta utilizando as pessoas pronominais, parti para a leitura com eles do ensaio de Hans-Georg Gadamer “Sobre o círculo da compreensão”, para abordar a noção de “as coisas mesmas”. Para Gadamer, “a primeira de todas as condições hermenêuticas permanece sendo, assim, a compreensão da coisa, o ter de haver-se com a mesma coisa.”²² Este ensaio, de 1959, é um resumo muito concentrado das principais teses que iriam ser desdobradas em *Verdade e método*, publicado em 1960, o qual repete literalmente parágrafos inteiros do trabalho anterior. A leitura integral do ensaio, porém, demandava trabalhosas e complicadas explicações das muitas alusões a outros autores e posições a respeito do que é compreender, o que não vinha muito ao caso, pois não estávamos em um curso *sobre* hermenêutica. Na verdade, basta atentarmos para o fato de que sempre falamos *de alguma coisa ou de alguém*, que o que queremos dizer para o outro, o nosso *tu*, ou seja, o que queremos dele, é que nos acompanhe no modo de encarar o *ele/ela* (e que no inglês, por exemplo, se desdobra no abrangente *it*). Para isso, nem é preciso que ele-ela-*it* esteja de fato presente na instância da enunciação (e nos caso dos textos, nunca está), mas que esteja presente no discurso. Só há conversa ou leitura quando falante e ouvinte estão minimamente de acordo a respeito de qual é o assunto em questão.

Voltando ao exercício, alguns argumentaram que o enunciador era na maior parte do tempo do tipo universal, mas admitiam que aqui e ali ele se tornava um sujeito de referência. Tivemos de argumentar que, mesmo quando os verbos na primeira pessoa desaparecem por algum tempo, a presença deles em momentos chave dá o tom do texto. Mas sustentei e insisti, antes e depois deste e de outros exercícios, no fato de que há uma margem de repostas possíveis, pois a polifonia dos textos pode ser escutada de modos diferentes, dependendo do ouvinte. A segunda pergunta, a respeito da atitude deste destinatário (se “discípulo”, “observador distante” ou “adversário”) está intimamente conectada com essa tensão. Neste caso, no entanto, as respostas mostraram mais variação do que na primeira. Alguns acharam que este destinatário, pelo simples fato de permanecer na escuta até o fim, era já um discípulo. Outros viram na forma como este era tratado, com

²² Gadamer, H. “Sobre o círculo da compreensão.” In. *Verdade e método II*. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes 2004. p. 78-79.

tanta cautela, uma mostra inequívoca de que se tratava de um observador distante. Houve mesmo quem considerou que seria um adversário. Arrazoei com eles de que não havia uma resposta certa a priori para essas perguntas, que as respostas variavam muito segundo ouvido do leitor, ou seja, deles mesmos, que dependia muito dos hábitos de comunicação, do tom da fala de cada um, e do tom a que cada um está acostumado. O que, de acordo com sua história pessoal e seus hábitos de fala, cada um considera frio ou caloroso, hostil ou neutro? Eu lhes disse que considero que o destinatário modelo do texto seria uma espécie de observador distante, um posto “neutro”, a ser preenchido por alguma convicção posteriormente, depois que as razões do texto fossem convenientemente ruminadas. Mas disse isso deixando claro de que não se tratava, pelo fato de ser a minha escuta, de uma resposta “correta”, o “gabarito” da pergunta.

As repostas à terceira pergunta na verdade explicavam em parte as da segunda. Como havia suposto, diversos alunos deixaram claro que o tema não lhes era indiferente, que em seus ambientes cotidianos estavam em jogo atitudes e valores decisivos que provinham do mesmo problema identificado por Espinosa, e que eles mesmos tinham o que dizer sobre o assunto. Uma aluna pediu para conversar após o fim da aula, e contou a extensão da pertinência do assunto em sua vida. Os que se diziam abertamente simpáticos à posição espinosana eram geralmente aqueles que responderam que a figura do destinatário do texto estava delineada como a de um discípulo. Mas nem sempre. Houve casos em que não aconteceu essa coincidência entre posição pessoal e identificação do tipo de destinatário, e enfatizei que ela não precisa acontecer. O leitor-modelo é uma aposta do texto, mas isso é só uma aposta em um futuro que para o texto é incontrolável.

Aqui cabe lembrar uma tese fundamental da hermenêutica do século XX. O ato de leitura não tem nenhuma semelhança com o *download* de dados, mas é sim uma relação de recriação por parte do leitor, recriação esta que é construída com os materiais de que o leitor dispõe em sua própria experiência. A compreensão de um texto é o resultado da interação entre o que Paul Ricoeur chamava de o mundo do leitor e o mundo do texto²³. A esta terceira resposta não fizemos nenhum comentário no sentido de apontar correções ou incorreções (mesmo nas duas primeiras isso era bastante flexível), mas oferecia uma ótima

²³ Ricoeur, P. *Interpretação e ideologias*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996. p. 54-60.

oportunidade para abordar este tema hermenêutico. Acredito que as formulações teóricas são muito melhor compreendidas quando os problemas que elas colocam em palavras são experimentados antes. Sem sobrecarregar a conversa com rótulos e nomes de autores, foi possível tematizar a tese, comum tanto a Hans-Georg Gadamer quanto a Ricoeur, a ainda ao Heidegger do § 33 de *Ser e tempo*, de que em toda leitura há uma posição prévia que guia a entrada no universo trazido pelo texto. Este, na qualidade de fala de um outro, só se mostra enquanto tal no confronto com as posições prévias que o leitor real traz para o encontro. Estas precisam ser reformuladas na medida em que se mostram inadequadas para articular o texto como um todo coeso:

...lemos o texto já sempre com certas expectativas, na perspectiva de um determinado sentido. A compreensão daquilo que está no texto consiste na elaboração desse projeto prévio, que sofre uma constante revisão à medida que aprofunda e amplia o sentido do texto.²⁴

Ler não é fazer uma espécie de *download*, mas tampouco é um *upload* de nossas concepções prévias, lançadas sobre o texto, fazendo-o dizer o que queremos. Em tempos de manipulação descarada do discurso dos outros, com base em uma atitude tóxica que pode ser definida pela frase que vi estampada na camiseta de um transeunte no centro de Niterói: “*I see what I want*”, que articula cinismo com uma pretensa alegria libertária que celebra sua apoteose em coisas como “terraplanismo”, a tematização da leitura se mostra ainda mais fundamental e urgente. Se por um lado “aqui não cabe a restrição, segundo a qual ao ouvir alguém ou fazer uma leitura não podemos ter nenhuma opinião prévia em relação ao conteúdo, devendo esquecer todas as opiniões próprias”, por outro lado, “quem quiser compreender não pode de antemão abandonar-se cegamente à casualidade das próprias opiniões, para em consequência de maneira cada vez mais obstinada não dar ouvidos à opinião do texto...”²⁵.

Tematizar a leitura acaba se revelando tarefa difícil. A ausência de atenção consciente ao que acontece conosco quando percorremos as linhas de um texto escrito é um hábito muito arraigado. Afinal, para que ficar pensando no “como” ao invés de extrair logo o “quê” da leitura? Ninguém nos pergunta “*como* esse livro fala?”, mas sim, “*o que* esse

²⁴ Gadamer, H. *Op. cit.* p. 75.

²⁵ *Idem.* *Op. cit.* p. 76.

livro diz?”. O bom estudante não se dedica a fazer sempre fichamentos para reter o conteúdo de suas leituras, a fim de poder prontamente consultá-los quando precisar, por exemplo, fazer uma prova sobre o texto, ou escrever um artigo? Porque ficar pensando em como o texto x ou y, por exemplo, o famoso “Apêndice” do livro I da *Ética* de Espinosa, nos “bateu”? Acredito, porém, que *os sentidos* de um determinado texto estão presentes em nossa memória em diferentes níveis, embora muitos destes aspectos que compõem a leitura como um acontecimento sejam relegados por falta de incentivo em dar a eles a atenção que merecem. Mas, se nos perguntamos por que determinado texto nos marcou, porque se tornou um ponto de inflexão em nosso percurso, “fez sentido” mais do que tantos outros que lemos por conta das disciplinas que cursamos? A resposta real, acho, tenderia a ser menos exclusivamente fundamentada no conteúdo “objetivo” do discurso, nas “ideias” do texto, mas também no modo como percebemos o “tom” do texto, a forma de sua enunciação, a qual, quer tenhamos nos dado conta ou não, nos interpelou enquanto presença viva na hora da leitura. Não se trata, porém, apenas, de passar a valorizar os “sentimentos” que acompanham colateralmente a leitura, e continuar com a devoção ao cerne essencial do sentido, mas perceber que a leitura é um acontecimento que merece mais atenção em si mesmo.

As noções mesmas de compreensão/interpretação, e de sentido, tais como as encontramos nos textos da hermenêutica do século XX, precisaram, nas últimas décadas, ser preenchidos com mais nuances, e estas não são supérfluas. Gostaríamos aqui de pegar carona na preocupação do já citado Hans Gumbrecht, a sua “teimosa insistência em que as coisas-do-mundo, seja qual for o modo do nosso encontro com elas, possuem uma dimensão de presença.”²⁶ Este autor vem propondo nas últimas quatro décadas uma correção de rumo no discurso da hermenêutica, chegando mesmo a se colocar abertamente contra ela para criar espaço a uma re colocação da discussão sobre a nossa relação com textos e obras de arte. É uma constante em seus textos uma preocupação com problemas e tarefas que surgem no horizonte da atividade docente, no campo do que ele denomina de “as humanidades”. É necessário mostrar que “a nossa relação com as coisas (e especificamente com os artefatos culturais), inevitavelmente, nunca é apenas uma relação

²⁶ Gumbrecht, Hans Ulrich. “Na senda de uma hipótese”. In. *Nosso amplo presente. O tempo e a cultura contemporânea*. Trad. de Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 9.

de atribuição de sentido.”²⁷ Atribuir sentido é pouco para descrever o que de fato, quer queiramos, quer não, acontece quando lemos um texto. Mesmo que a hermenêutica seja a primeira a mostrar que a leitura não é uma recepção passiva de um conteúdo morto, ela não contribui especialmente para a dissipação de uma outra ilusão, a de que a leitura é uma atividade puramente mental e lógica de elaboração do conteúdo dos textos. Os pressupostos ou posições prévias do intérprete, na fala da hermenêutica, em Gadamer, por exemplo, são tratados majoritariamente como “conhecimentos” ou “opiniões”, ou seja, não muito longe de conjuntos de proposições. O encontro de horizontes entre leitor e texto é um encontro entre textos, os que se encontram no papel do livro aberto, e os da memória do leitor. Gumbrecht, assim como Zumthor, no entanto, chamam nossa atenção ao aspecto irredutivelmente corporal do ato de ler.

Outro aspecto nos textos destes autores é seu esforço em sublinhar atividades onde está em jogo uma espécie de resistência da presença contra sua diluição nas abstrações do sentido. Uma destas nos interessa aqui em especial, que a atenção à noção de voz e de ritmo dos textos, cuja situação paradigmática é a recitação/escuta da poesia. Trazendo para o nosso assunto específico: a leitura de poesia em voz baixa, por um leitor solitário, não faz emergir a lembrança de que toda enunciação é essencialmente um discurso de alguém presente para alguém presente? É sabido o quanto alguns poetas contemporâneos, como Sylvia Plath, ao verem alguém lendo silenciosamente, só com os olhos, um poema seu, pedem imediatamente para que o leiam em voz alta. Todos sabemos que a poesia na sua origem é inseparável da música. A música, por sua vez, é uma dinâmica que repete sempre o envolvimento completo dos corpos em uma mesma onda de sons. A voz, por sua vez, dilui a separação entre os corpos individuais e entre interior e exterior. Poesia une voz e ritmo, sentido e presença. A poesia escrita escamoteia isso, em graus maiores ou menores, mas não elimina, nem o pode, e é nossa tarefa, “nas humanidades”, aproximar da leitura solitária de textos filosóficos essa mesma lembrança do caráter musical da linguagem que nos assalta quando lemos silenciosamente um poema na página de papel. Na bela expressão de Paul Zumthor: “ora, a leitura do texto poético é escuta de uma voz. O leitor, nessa e por

²⁷ *Idem*, p. 22.

essa escuta, refaz em corpo e em espírito o percurso traçado pela voz do poeta: do silêncio anterior até o objeto que lhe é dado, aqui, sobre a página.”²⁸

A voz da nossa leitura silenciosa, nossa voz mental, ou seja, uma forma de experimentarmos subjetivamente nossa própria condição corporal, se mistura à voz do texto que lemos. É essa nossa voz que “empresta” a si mesma ao texto e com ele dialoga. É essa voz que se experimenta no texto, se sentindo renovada, potenciada, ou, ao contrário, sufocada ou distorcida. Nos sentimos mais fortes nos textos onde nossa voz parece mais forte, por mais que as “ideias” do texto pareçam difíceis ou até mesmo contrárias a convicções nossas conscientes. Avançamos respeitosamente mas sem prazer naqueles textos cujo tom soa mal em nossas vozes, mesmo que a princípio concordemos com suas posições. Aquele autor de quem não ousamos falar mal, até porque predomina em nosso meio uma tendência à devoção dos grandes heróis do pensamento, e que no entanto, quase secretamente, consideramos pedante, ou raivoso, ou artificial, ou alguma outra qualidade negativa qualquer, por mais que louvemos a qualidade de seus argumentos ou de suas posições, nos “sabe mal”, como dizem os portugueses. Já alguns textos, que talvez nem sejam especialmente cultuados, no entanto, nos falam num tom que nos cai bem, ou seja, sentimos uma modificação, uma potenciação, quando adentramos no espaço que eles nos abrem, o gênio do lugar nos intensifica, o que não tem nada a ver com o suave e anestesiante conforto que certos textos provocam em seu leitor, pelo fato de dizerem exatamente aquilo que eles querem ouvir. Tal como o rapsodo Íon confessa a Sócrates que só canta bem os poemas de Homero, e se dá mal com os outros, todos temos nossos Homeros. Eles mudam, e os vamos descobrindo com o tempo, e é importante, creio, tentar pensar sobre essas afinidades eletivas.

Os exercícios com o “Apêndice” da *Ética* foram seguidos por outros, usando, por exemplo, uma das cartas de Descartes a Elisabeth. A carta, como dissemos acima, é outro apoio importante, pois ela evidencia o quanto o texto possui o tom da relação entre os dois correspondentes, tornando literalmente palpável o caráter de cena viva do texto. Usamos também o ensaio “Experiência e pobreza”, de Walter Benjamin, o supra citado *Íon*, de Platão, a introdução do *Ensaio sobre o entendimento humano*, de Hume, os dois prefácios

²⁸ Zumthor, P. *Performance, recepção, leitura*. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Cossac Naif, 2014. p. 84

de Nietzsche à sua *A filosofia na idade trágica dos gregos*, a breve conferência “Escritores criativos e devaneio”, de Freud, e alguns outros. Graças ao ótimo entendimento e afinação que os monitores da turma tiveram com o tema da disciplina, eu podia assimilar uma quantidade maior de exercícios. Fiz questão de frisar que estes exercícios visavam à sensibilização de nosso olhar para a leitura enquanto acontecimento de suma importância em nossa vida de filósofos, e não exploração detalhada de suas conexões com a obra do autor, o que eles teriam oportunidade de fazer em tantas outras disciplinas, nem tampouco a aquisição de uma técnica de destrinchar textos, que não era uma competência a mais que estaria sendo adicionada a uma série de outras que fariam deles bons profissionais.

No entanto, creio que caso haja algum “ganho” mensurável destes exercícios e discussões, este se revelaria, creio, na atividade da escrita de cada um. Perceber o quanto a voz enunciativa está afinada com a voz destinatária, como essa dupla enunciató-destinatário é inseparável e mutuamente determinante, e que é nessa relação que se dizem coisas e se assumem posições sobre a terceira pessoa, pode contribuir para que esta atenção seja exercitada também nos textos que eles venham a escrever. A educação para a escrita acadêmica, chamada nos círculos da Pedagogia de “letramento acadêmico”, nasce de uma preocupação justa com a dificuldade que muitos alunos têm de compor seus trabalhos escritos. A normatividade promovida pelos modelos das agências de fomento se limita a exibir um conjunto de regras de como produzir um texto formatado para os relatórios e produtos que elas exigem. Ao adotar esses modelos, o aluno pode ser induzido a não pensar mais em sua própria escrita. Ele, por assim dizer, a entrega nas mãos do CNPQ ou da CAPES, pois é levado a ver como inevitável caminho para o “sucesso” acadêmico demonstrar sem titubeio a capacidade de atender perfeitamente a essas exigências. A figura do destinatário dos textos, inerente a qualquer discurso, porém, não desaparece por milagre ou por decreto. As exigências das instituições que balizam o fazer acadêmico e que possuem a prerrogativa de fomentar o que julgar mais adequado a seus preceitos, são um fato que todos conhecemos e nenhuma bravata de última hora irá modificar isso da noite para o dia. E temos o dever de mostrar ao aluno que essas exigências existem e que irão desempenhar algum papel no percurso deles. Mas, ao escrever um texto como que destinado uma instituição de fomento, ou à própria universidade, o aluno não vai deixar de ter em mente um “alguém”, seja este consciente ou não. O CNPQ ou a UFF não é uma

peessoa, só pessoas possuem presença. Presença são as pessoas que as tem, e também a tem as coisas com valor de uso, isto é, com marcas de pessoas que as usaram, como as obras de arte. Acho que devemos mostrar a nossos alunos que eles podem precisar escrever um relatório nos moldes da instituição acadêmica, mas não devemos, de modo algum, iludi-lo de que isso vai encerrar a questão da escrita acadêmica. O aluno pode ter aprendido a fazer relatórios, a fazer dissertações segundo as normas, mas pode “travar” na hora de escrever porque na verdade não é na agência de fomento que ele pensa ao figurar seu auditório, ao imaginar o espaço dentro do qual vai tentar projetar sua voz ao escrever. A instituição acadêmica não pode ajudar na hora em que estamos sozinhos diante da página em branco, porque simplesmente ela é um espaço vazio, em termos presenciais. Quem existe, para cada um de nós, são as pessoas reais cujo desejo queremos captar, nem que sejam os conselheiros ou pareceristas das instituições, que a certa altura já teremos até conhecido pessoalmente, ao menos por amostragem. É bom aprendermos a saber quem está diante de nós quando escrevemos. Se o fizermos pensando em A ou B, que o façamos consciente e honestamente, assim como se o aluno desejar compor seu trabalho endereçado ao professor, que o faça como uma decisão que lhe cabe bem, que o faz escrever como sente que é melhor.

Pensando nisso, voltei ao valioso “Apêndice”. Depois do exercício reproduzido acima, trabalhamos a carta a Elisabeth, e pedi novamente que os alunos pensassem no que leram do “Apêndice”:

Releia o texto do Apêndice da *Ética*, de Espinosa, e escreva uma carta em que você tenta explicar o que você considera a ideia central da argumentação. Para escrever a carta você precisa saber para quem está escrevendo, e o que você sabe desse destinatário vai naturalmente direcionar seu modo de escrever, sua escolha de palavras, de tom, etc. Por isso, deixe claro a quem você dirige sua explicação, pois a carta, segundo Cossutta, é um texto construído sobre o “primado da segunda pessoa”. Tamanho sugerido: uma lauda. Obs. Tente imaginar quem é, o que faz, e o que motivou a carta. Por exemplo, você acha que a pessoa em questão partilha da posição exposta por Espinosa e isso vai ajuda-la a compreender melhor a posição dela, ou o destinatário tem alguma dificuldade em aceitar os argumentos e já lhe expôs anteriormente sua opinião e sua carta é uma resposta a essa manifestação. Enfim, imagine livremente a cena filosófica do seu texto.

Aqui retomamos o assunto inicial deste artigo. Porque a insistência na destinação do texto? Não defendemos, de modo algum, que ao aluno de filosofia passe a escrever todos os seus trabalhos como cartas destinadas a alguém que ele conhece ou que inventa. O “gênero textual” carta só cabe em algumas situações. Mas a insistência na destinação é a melhor forma de abrir caixa preta do texto, exibir a forma com que se estrutura a sua cena, e que é, também, o que está em jogo na hora de escrever. As respostas ao exercício foram variadas, como era de se esperar. Houve carta dirigida a Deus, carta a mim, o professor, carta a um avô querido e falecido recentemente, carta ao namorado. Em alguns casos, a escolha se justificava pelo tema, o interlocutor era escolhido por sua afinidade com a terceira pessoa do texto, os seus assuntos. Em outros era um pouco arbitrária, e servia apenas de introito para o enunciador passar a resumir as teses do texto de Espinosa. Mas cumpriu a função de propiciar uma oportunidade a mais de discutir esse assunto.

Creio que uma disciplina que tematiza os tipos de texto filosóficos, como é Prática de Pesquisa em Filosofia II, é na verdade uma disciplina sobre leitura, e uma disciplina sobre leitura é uma disciplina sobre escrita. Aprendemos a escrever lendo, e vice-versa. A atenção ao modo de estruturação dos textos dos outros nos introduz na atenção ao modo como compomos os nossos textos. A voz e tonalidade dos textos é algo que nós podemos, com a prática, perceber como algo que sempre esteve lá, mesmo quando não dávamos a mínima atenção a eles. Trata-se de exercitar a percepção, ao modo como a escuta da poesia nos exercita: “A percepção é profundamente presença. Perceber lendo poesia é suscitar uma presença em mim, leitor”²⁹, diz Zumthor, e este aprendizado poético ou estético é algo que pode e precisa ser cultivado no espaço formativo da universidade, nas, como diz Gumbrecht, “humanidades”, e na filosofia. Acreditamos que só assim o que Gadamer dizia do compreender ganha sentido pleno: “O primeiro elemento com que se inicia a compreensão é o fato de que algo nos interpela. É a primeira de todas as condições hermenêuticas.”³⁰ Resumindo, convidar os alunos de filosofia a dirigirem suas atenções ao modo como um texto os interpela, de que forma a voz deles lhes sabe, lhes bate, qual é o tom da cena que eles propõem, embora não seja um estudo das teses de algum autor importante da tradição filosófica, é no entanto uma atividade de pensamento.

²⁹Gadamer, H. *Op. cit.*, p. 80.

³⁰Zumthor, P. *Op. cit.*, p. 80

Cabe ressaltar, por último, que talvez não tenha sido por acaso que esta preocupação ganhou corpo para mim justo nesses dois anos em que estivemos, em nossa relação com nossos alunos, por um fio, isto é, *online*. A ausência da partilha do mesmo espaço, da velha e talvez com os dias contados sala de aula, a presença no mesmo ar, a instância de discurso que se confunde com o lugar, com tudo o que de bom e de difícil vem junto com a convivência, talvez tenha suscitado um impulso na direção contrária, na medida em que a despotenciação da presença que esse período da história do mundo produziu, e cujas sequelas só agora começaremos a perceber, faz nascer também em nós um desejo de lembrar como é que pode ser diferente.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Metafísica*: Livro I e II; *Ética a Nicômaco*; *Poética*. Trad. de Vincenzo Cocco. São Paulo: Abril Cultura, 1979.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BENVENISTE, E. “Da subjetividade na linguagem.” *Problemas de linguística geral*. Trad. de Maria da Glória Novak.

COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura de textos filosóficos*. Trad. Ângela de Noronha Begnami. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ECO, U. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ESPINOSA, B. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GADAMER, H. “Sobre o círculo da compreensão.” *In: Verdade e método II*. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes 2004.

GUMBRECHT, H. *Atmosfera, ambiência, Stimmung. Sobre um potencial oculto da literatura*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

_____. “Na senda de uma hipótese”. *In: Nosso amplo presente. O tempo e a cultura contemporânea*. Trad. de Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HEGEL, F. W. G. *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1988.

RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996.

ZUMTHOR, P. *Performance, recepção, leitura*. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Cossac Naif, 2014.

Recebido em: Janeiro de 2022

Aprovado em: Março de 2022